

CONV 612/03

NOTA DE ENVIO

de: Secretariado

para: Convenção

Assunto: Círculo de Discussão sobre o Processo Orçamental

Junto se envia, à atenção dos membros da Convenção, o quadro de trabalhos do Círculo de Discussão sobre o Processo Orçamental, conforme definido pelo Praesidium. A presidência será exercida por Henning Christophersen.

Este Círculo deverá ter uma composição muito restrita, determinada em função dos conhecimentos específicos necessários na matéria.

A primeira reunião está prevista para terça-feira, 18 de Março, às 14h30.

Quadro de trabalhos do Círculo de Discussão sobre o Processo Orçamental

1. O Grupo de Trabalho sobre a Simplificação (Grupo IX) abordou, no seu relatório, a problemática da simplificação do processo orçamental.

Na sessão plenária de 5 e 6 de Dezembro de 2002, a Convenção não confirmou as recomendações do Grupo no que respeita à regras do processo orçamental anual, embora se tenha registado um certo consenso quanto ao princípio da aprovação conjunta do Orçamento pelos dois ramos da autoridade orçamental, ou seja, o Parlamento Europeu e o Conselho, com base num processo de co-decisão simplificado.

A Convenção acolheu positivamente a proposta de tornar constitucionais as perspectivas financeiras, que actualmente fazem parte de um acordo interinstitucional. Com efeito, no debate ambas as questões surgiram estreitamente associadas. Para muitos dos Convencionais, a simplificação do processo orçamental anual é indissociável da inscrição na Constituição das perspectivas financeiras, que passarão assim a ser juridicamente obrigatórias.

2. O projecto de artigo 40.º proposto pelo Praesidium inspira-se nesta abordagem. Trata-se de um processo delineado por forma a reflectir apenas os pontos que mereceram consenso por parte dos membros da Convenção. Mas, atendendo a que o debate em sessão plenária não apontou quaisquer soluções específicas para as disposições da Parte II da Constituição, há que prosseguir a reflexão no âmbito do Círculo de Discussão, que deverá então analisar as seguintes questões:
 - a) Como inscrever as perspectivas financeiras na Constituição. O que implica que será necessário responder à questão de saber qual deve ser o âmbito das disposições que lhes serão consagradas e, por conseguinte, até que ponto essas disposições deverão ser pormenorizadas. O Círculo deverá ainda estudar qual o processo de aprovação das perspectivas plurianuais.
 - b) Que regras concretas deverão reger o processo orçamental simplificado. O que implica nomeadamente a necessidade de analisar a distinção entre as despesas obrigatórias e não obrigatórias e respectivas consequências.

3. Prevê-se que o Círculo de Discussão se reúna três ou quatro vezes durante o mês de Março e a primeira quinzena de Abril, de modo a que o Presidente possa apresentar as conclusões do Círculo na sessão da Convenção de 24/25 de Abril de 2003.
-